

Projeto renegocia dívidas estaduais

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — Às vésperas do início do recesso do Congresso, o governo apresentou um projeto de lei que renegocia as dívidas dos Estados e municípios, num total de US\$ 70 bilhões — valor superior à dívida externa do Brasil com os bancos privados. A reação foi violentíssima, provocando um racha tanto dentro da base governista quanto nos partidos de oposição. Para o governo e PMDB, o projeto é “saneador e moralizador”, enquanto o PSDB, PDS, PT e PL o consideram uma “excrecência”. Após quatro reuniões, os líderes constatarem que apenas pelo voto sairia uma decisão. Mas o impasse era tanto que a votação, prevista para ontem à noite, poderia ser transferida para hoje.

Apesar do racha em cima do projeto, nenhum dos líderes tinha lido a proposta do Executivo, que foi apresentada informalmente pelo líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), na noite da última quinta-feira. Além do aspecto técnico do projeto, a briga pela sucessão presidencial em 1994 engrossou o racha entre os partidos políticos. “Aham que o Quêrcia se empenhou tanto que isso implica em vantagens para o PMDB”, criticava o deputado César Maia (PMDB-RJ), respondendo aos ataques do PT, PSDB e PDS. Na prática, os três partidos, que têm suas bases eleitorais em São Paulo, temem o fortalecimento que o governador Luís Antonio Fleury terá, se a rolagem da dívida for concretizada. Outro beneficiado pelo projeto é o governador Leonel Brizola, que mandou o PDT apoiar o governo.

Mistério — A rolagem é tão interessante para o PMDB que o líder do partido, deputado Genebaldo Correia (BA), condicionava a votação do projeto de reforma tributária à votação prévia da renegociação das dívidas. Isso foi a gota d'água para que os adversários da proposta explodissem. “Isso é um disparate”, reagiu o líder do PSDB, José Serra (SP). “O governo quer o aval do Congresso para uma negociação com os governadores”, completou o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP). E, numa união atípica, a oposição foi engrossada pelo PDS e PL. “Isso é um jogo de barganha”, disse o líder do PDS, Victor Faccioni (RS).

Para justificar sua reação contra o projeto, Mercadante dizia que “nenhuma negociação de US\$ 70 bilhões foi feita, em toda a história econômica, em apenas 48 horas”. Para negociar uma dívida pouco inferior, o México levou quase dois anos. O absurdo, de acordo os deputados, era ainda maior, porque o governo não divulgou o texto do projeto até o final da tarde e esperava votá-lo à noite. “Isso deveria

ser feito com calma”, ponderou Serra, lembrando que o projeto da reforma tributária que dará um ganho adicional de apenas US\$ 10 bilhões está em discussão há mais de um mês.

A divisão no Congresso era tamanha que o vice-líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), se rendeu aos argumentos de Serra e prometia desobedecer à orientação do governo. “Para mim, é um mistério a razão que motivou o governo a apresentar este projeto com tanta pressa”, repetia Luís Eduardo.

Se os débitos forem pagos conforme prevê o projeto, o governo receberá US\$ 6 bilhões no ano que vem, contra os apenas US\$ 2 bilhões pagos este ano. Pelo mecanismo proposto, o governo poderá executar os débitos dos que não pagarem em dia através do confisco do ICMS arrecadado pelo Estado. No esquema de refinanciamento que está em vigor, a garantia é o bloqueio da cota do Fundo de Participação.

Esse confisco é um dos defeitos que José Serra vê no projeto. “É uma punição tão drástica que vai tornar inviável a administração”, analisou. Irritado, Mercadante dizia que o projeto beneficia os governadores e prefeitos “perdulários”. Os Estados do Ceará, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, que estão com suas finanças equilibradas, não serão premiados pelo esforço feito. “São Paulo será o maior beneficiado, porque detém 38% do total da dívida”, atacou Mercadante.

☐ O governador do Ceará, Ciro Gomes, classificou de “imoralidade das mais grossas” o projeto de lei do governo federal encaminhado ao Congresso que consolida todas as dívidas vencidas e não pagas dos estados, autarquias, fundações, concessionárias de água, luz e esgotos. “Este projeto é um prêmio para os que gastam perdulamente e um desestímulo para quem faz sacrifícios. É um prêmio aos caloteiros”, afirmou. Ciro Gomes disse que 80% dos benefícios vão para São Paulo. Ele deu como exemplo a dívida da Eletropaulo, que não vinha sendo paga desde o governo Orestes Quêrcia e continua suspensa. A Coelce — Companhia Energética do Ceará — é uma das três concessionárias da Eletrobrás que estão em dia, argumentou. “O Ceará, por cometer o crime de ter suas dívidas em dia, está fora da rolagem”, protestou. Segundo o governador, em dezembro o Ceará vai pagar Cr\$ 9 bilhões do serviço da dívida com a União.



Fiúza (E) e Souto enfrentaram protestos no Congresso

Principais pontos

O projeto de renegociação da dívida dos estados, municípios e Distrito Federal estabelece o seguinte:

■ Todos os débitos dos estados serão transferidos para a União. O projeto incluiu também no esquema de negociação as dívidas dos municípios. O Tesouro Nacional receberá, em troca, um título que funcionará como uma espécie de duplicata.

■ Os governadores e prefeitos que aderirem ao acordo assinarão uma carta de compromissos pela qual ficarão obrigados a manter um teto de 15% da receita bruta para amortizar a dívida. No primeiro ano este teto será de 11%. Os gastos com pessoal não deverão ultrapassar a 60% da receita.

■ O prazo de refinanciamento é de 20 anos, com 40 prestações semestrais, corrigidas pelo IGP-M com 6% de juros. A primeira prestação vence 180 dias após a assinatura do contrato.

■ Os bancos estaduais que pegaram empréstimos no Banco Central, no chamado sistema de redesconto, também serão beneficiados com o projeto. O débito será refinanciado em 20 anos prorrogáveis por mais dez.

■ A dívida total a ser negociada passa de US\$ 70 bilhões, maior do que toda a dívida do México. Só os estados devem US\$ 57,7 bilhões. Ainda não foram apurados os valores dos débitos dos municípios e dos bancos estaduais.

Serão incluídos na rolagem todos os débitos existentes até 30 de setembro.

■ A principal garantia de que as prestações serão pagas é que, no momento em que o estado ou município atrasar uma prestação, o Tesouro poderá descontar este título no banco que centraliza toda a arrecadação do ICMS do estado. Será considerado inadimplente o estado ou município que atrasar o pagamento de qualquer parcela em até 90 dias.

■ O projeto prevê também como garantia para o pagamento das prestações o dinheiro do fundo constitucional para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

■ Os estados que aderirem ao acordo ficarão proibidos de emitir títulos públicos até 31 de dezembro de 1998. A emissão só será autorizada para atender decisões judiciais. Os títulos estaduais existentes hoje serão substituídos por outros, emitidos pelo Tesouro Nacional.

■ As dívidas das concessionárias de energia elétrica e empresas de saneamento serão negociadas em separado, no qual será admitido um acerto de contas (compensação dos débitos da empresa com o Tesouro Nacional ou do dinheiro que a União deixou de repassar a essas entidades).

■ O projeto não proíbe que os estados e municípios contratem novas dívidas. Basta que o total de débitos não supere a 15% da receita bruta.